

## **O movimento ambiental em Portugal: continuidades e rupturas**

Eduardo Giavara  
Facip - UFU

O presente texto pretende discorrer brevemente sobre os movimentos ecológicos ocorridos em Portugal entre os anos de 1948 a 1975 e como os mesmos se articularam no campo político, observando seus recursos discursivos e estratégias frente às exigências feitas em cada momento. Para tanto, foram analisados dois movimentos: a LPN – Liga para Proteção da Natureza – e o MEP – Movimento Ecológico Português – criados respectivamente em 1948 e 1975, ambos surgidos no calor das reformas sociais que abalaram a Europa e Portugal. Os movimentos de maior destaque no período serão o final da Segunda Guerra Mundial e o esgotamento do regime salazarista em abril de 1974, na esteira dos quais os movimentos que apresento podem ser compreendidos como representativos dos anseios da humanidade e como expressão de seu tempo.

A Segunda Guerra Mundial foi a responsável por diversas transformações mundiais. A Europa, arrasada pela guerra, se reconstruiu com a ajuda americana e, nesse novo contexto, a Comunidade Europeia se revigora com uma nova perspectiva de mercado comum e importantes avanços sociais. No contexto português, essas transformações sociais e políticas tiveram um aspecto muito particular pela continuidade do Estado Novo e, em especial, pelo governo fascista de Antonio Oliveira Salazar, que durou de 1932 a 1968, seguido pelo de Marcelo Caetano, encerrando um período negro para os portugueses. Uma das mais marcantes características da época foi sem dúvida no campo político com um cerceamento em torno das manifestações políticas, a instituição da censura e a perseguição aos contrários ao governo.

No plano econômico, o país viveu, na instalação do Estado Novo, um crescimento importante de sua economia, orientado segundo o nacionalismo protecionista, a autarcia e o intervencionismo estatal, medidas que ainda foram fortalecidas pelo corporativismo, um importante elemento ideológico do nacionalismo. Essa tendência econômica foi revigorada após a Segunda Guerra Mundial e houve o fortalecimento expressivo da indústria e da agricultura, em

especial com a reabilitação da Campanha do Trigo. O crescimento populacional e do espaço urbano acompanhou na mesma medida, ficando o segundo relegado a políticas públicas ineficientes. É possível ainda apontar um processo significativo de migração para outras regiões da Europa, em contrapartida, os que decidiam ficar viviam em um universo rural de estruturas arcaicas, com concentração e práticas agrícolas ineficientes e caras ao meio ambiente português.

A retomada da economia portuguesa do pós-guerra foi coordenada a partir de um planejamento estratégico denominado “Planos de Fomentos”, cujo primeiro ciclo ocorreu de 1953 a 1958 e o segundo de 1959 a 1964. No primeiro momento, o programa se destinou a “elevar o nível de vida e aliviar as pressões demográficas melhorando a produtividade do trabalho e reduzindo o desemprego”.<sup>1</sup> Para tanto, as linhas se nortearam por investimentos na agricultura, aumento na produção de energia hidrelétrica, término de obras de indústrias de base e instalação da indústria siderúrgica, criação e melhorias da infraestrutura viária e dos meios de transporte e, por fim, a promoção da indústria de refino de petróleo e seus derivados, em especial, incentivos para produção de adubos. No II Plano de Fomento, houve a necessidade de aprofundar os investimentos nos setores estruturais, porém a tônica da economia foi a diminuição do papel do Estado e o incentivo, através da iniciativa privada, da oferta de créditos e estímulos fiscais. Em resumo, era anunciada uma nova postura de orientação liberal, afinada com as diretrizes da comunidade europeia.

Após o 25 de Abril, a política econômica não mostrará oscilações radicais, pois o movimento “não alterou a verdadeira essência da política do Estado português relativamente à indústria, podendo eventualmente defender-se que se reforçaram tendências manifestadas anteriormente.”<sup>2</sup> Quanto ao setor agrícola, as dificuldades não foram menores e o que se viu foi um processo de reforma agrária que pretendia fixar o homem na terra e acabar com a exploração do latifúndio.<sup>3</sup> No plano político, a democracia e os avanços sociais ganham um importante impulso com uma nova constituição e ampliação da participação popular nos debates políticos.

Essas mudanças na agricultura e na indústria portuguesa provocaram, em todos os momentos, uma série de impactos no meio ambiente. A “Campanha do Trigo” promoveu danos irreversíveis ao território português, afetou produções autóctones e inseriu práticas de manejo agrícola e de correção do solo inadequadas para o país, principalmente na região alentejana e do Algarve. Mais recentemente, a produção de celulose tem causado problemas na mesma medida ou até piores. Eucaliptos têm ocupado boa parte das terras agricultáveis do país, levando à falência de importantes ecossistemas. São essas e outras situações de risco ao território português que despertaram o olhar sobre o modelo de “modernidade” e “progresso” que eram vendidos à sociedade portuguesa.

### **A LPN e a vertente conservacionista**

A relação de Portugal com seu ambiente natural nunca foi fácil, pois, é uma pequena faixa terra com um território de relevo acidentado marcado pelo clima mediterrâneo, com invernos úmidos e verões secos<sup>4</sup> e cuja vegetação está diretamente condicionada a esses fenômenos. Além disso, há uma antiga tradição de intervenção humana no meio ambiente, promovendo uma agricultura de uso intensivo do solo e adaptando-o as necessidades de várias civilizações ao longo da história. As questões relativas à natureza e a ação antrópica sempre ocuparam posição de destaque na sociedade, de tal modo que as políticas de proteção à natureza ou as de uso racionalizado sempre estiveram ligadas aos interesses do Estado.

No século XX, os movimentos ambientalistas que nasceram na Europa foram marcados por medidas preservacionistas e conseguiram a aderência de vários países sensibilizados com os problemas de degradação que começavam a aflorar. Atento a esses movimentos, Mello Geraldês que, em 1934, apresentou sua tese sobre a proteção da fauna e da flora das colônias portuguesas, via nesse horizonte a necessidade de se avançar para além da simples preservação. Nas suas palavras:

[...] a preservação das espécies vegetais, interessa a ciência, também interessa a economia das colônias, e até a economia

10.4025/6cih.pphuem.634

mundial e ao bem estar da humanidade, tanto mais que, ainda não se conhecem todas as espécies botânicas existentes nas colônias, nem mesmo o valor utilitário de todas as já classificadas.

Desta forma, Geraldês conferia às necessidades de preservação um caráter racionalista e colocava o território e o uso dos recursos naturais no plano das políticas públicas e conferia-lhes um valor importante dentro do projeto econômico e social das colônias. O autor vai além ao ressaltar a necessidade de se estimular nos meios acadêmicos a pesquisa dessas regiões ainda inexploradas, a quais poderiam revelar novas espécies importantes ao desenvolvimento econômico do país. Sugere ainda que a agricultura deveria se adaptar aos novos tempos e o governo português nas colônias propor o fim da agricultura nômade, praticada pelos indígenas e a adoção de uma “agricultura estável”, com o emprego de técnicas mais modernas, como o uso máquinas e adubos.

As preocupações de Mello Geraldês refletiam o pensamento de outros intelectuais que, no mesmo período, também se preocupavam com essas questões. Entre esses cabe destacar o papel de Francisco Flores e João de Carvalho e Vasconcelos, os quais chamavam a atenção das autoridades portuguesas para a necessidade de se criar mecanismos de proteção à natureza, denunciavam os descasos das autoridades em proteger grandes florestas e importantes reservas biológicas e sugeriam a criação de reservas ou parques nacionais que pudessem abrigar esses ecossistemas em risco. Recomendavam ainda que esses organismos de preservação deveriam “convidar professores e cientistas, nomeadamente zoólogos, botânicos, geólogos, geógrafos, arquitetos paisagísticos, interessados no assunto da proteção da natureza.”<sup>5</sup>

Anos mais tarde, haveria uma denúncia do poeta português Sebastião da Gama (1924-1952), que presenciou a derrubada da Mata do Solitário, localizada na Serra da Arrábida, próxima à península de Setúbal, região central de Portugal. Em 1947, inconformado com a situação, encaminha uma carta ao engenheiro Miguel Neves, funcionário da Direção Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas, solicitando que o corte fosse cessado e rapidamente reconstituído os danos causados na mata. Seu pedido foi prontamente levado ao Engenheiro Baeta Neves – Carlos Manuel

Leitão Baeta Neves – que, sensibilizado, organizou juntamente com os amigos algo maior em torno da proteção ambiental portuguesa.<sup>6</sup>

Baeta Neves, conhecedor e entusiasta da proteção da natureza e constante debatedor dos problemas relacionados a isto, em suas aulas e artigos publicados, juntou esforços de outros amigos simpáticos à causa<sup>7</sup> e, no dia 30 de julho de 1948, foi criada a Liga para a proteção da natureza – LPN – cujo objetivo era promover ações de propaganda e estudos que pudessem estimular a divulgação dos objetivos da entidade e alertar o Estado no tocante ao processo de destruição que ocorria em Portugal. A entidade ainda acrescentou em um documento que os problemas que atingiam a natureza estavam relacionados com:

[...] o aumento da população, a expansão da agricultura e da silvicultura, os abusos na caça e na pesca, o desenvolvimento progressivo da indústria, a necessidade desenfreada de matérias primas, a construção de estradas, linhas férreas, canais de irrigação, aeródromos, portos e as fortificações. Enfim, esta visão de progresso é tida como causa da extinção da paisagem natural e, por isso, como uma ameaça da perda para sempre de muitas das maravilhosas obras da natureza.<sup>8</sup>

Para Baeta Neves, as questões ambientais estavam diretamente ligadas aos valores morais propagados na época: o egoísmo, a ganância e o materialismo, valores que deveriam ser combatidos. Para tanto, argumentava que a preservação da natureza se confundia com os princípios do cristianismo, “pureza dos sentimentos [...] sensibilidade amorosa e contemplativa com a obra do criador” eram elementos de referência para a difusão dos projetos da instituição.<sup>9</sup>

Para que a entidade fosse concretizada foi preciso o envio do estatuto ao Governo Civil de Lisboa, a fim de ser apreciado e autorizado pelo Estado Novo. De um modo geral, os documentos e o princípio “conservacionista” que norteava a instituição não se opunham diretamente ao governo e não ofereciam formas de resistência ou manifestações públicas. Mas a aparente neutralidade não conferiu à instituição a garantia de que suas reivindicações fossem atendidas.

A principal forma de inserção da LPN foi através de campanhas pedagógicas, pois Baeta Neves acreditava que no processo de aprendizagem deveria ser inserida

uma disciplina com conteúdos que tratassem da Proteção à Natureza. O pedido foi enviado ao Ministério da Educação solicitando que professores fizessem esse papel, mas o pedido foi negado sem maiores explicações oficiais.<sup>10</sup> A maior vitória da Instituição foi o reconhecimento do Parque Nacional de Peneda-Gerês que, situado no norte do país, é o primeiro e o único parque nacional.

Nas décadas que se seguiram ao final da 2ª Guerra Mundial, o mundo entrou em turbulência. De um lado o “sonho americano” alimentava o mundo imaginário do capitalismo e de outro os antagonismos: a crise nas economias ocidentais, o temor de um conflito nuclear alimentado pela Guerra Fria, o Movimento de Maio de 1968, o feminismo, ecologismo e tantos outros segmentos que reivindicavam seu espaço de diálogo nessa nova conjuntura. Em meio a esse contexto, a LPN não conseguiu se renovar e não foi além dos princípios do conservacionismo e o distanciamento das demandas políticas não permitiu à instituição se tornar uma interlocutora com o desgastado governo salazarista.

### **O Movimento Ecológico Português: outros atores e as mesmas demandas**

Em 25 de abril de 1974, o mais longo regime fascista da Europa chegou ao fim, o momento foi muito comemorado por vários setores da sociedade, em especial, pelos movimentos sociais que foram reprimidos por décadas. A abertura aconteceu em meio à grave crise do petróleo, situação que obrigou o governo e a sociedade a repensar os modelos de geração de energia, o que era um tópico difícil para um território de dimensões pequenas, que não oferecia condições geográficas adequadas para a exploração hidráulica e nem recursos fósseis. A solução apontada pelo governo seria o uso da energia nuclear, recurso que acendeu um vigoroso debate e estimulou a sociedade civil a organizar grupos e manifestos repudiando a ação. Essa renovação do movimento ambientalista só foi possível com a abertura política, permitindo que essas instituições tivessem uma pauta política e social, as quais deveriam manifestar publicamente seus anseios e princípios. Nesse contexto:

[...] as organizações que conseguiram alguma expressão social foram precisamente aquelas que não se limitaram a uma mera

preocupação 'conservacionismo' em relação à natureza, mas antes orientaram sua ação – e o seu discurso – para a causa social e política.<sup>11</sup>

As ações ambientalistas desse momento vinham com as demandas das ruas, a pauta tinha como princípio renovar o pensamento ambientalista, para tanto se pretendia revisar o conceito de ecologia, através de uma “leitura marxista-libertária da sociedade produtora da poluição”<sup>12</sup> e, no mesmo sentido, a atuação dos seus membros deveria ter o compromisso com as ideias socialistas e militar nos movimentos com as mesmas táticas que os trabalhadores lançavam mão para reivindicar suas causas.

Entre os vários movimentos que afloraram nesse momento o Movimento Ecológico Português – MEP – foi, sem dúvida, o de maior envergadura. Criado em 27 de julho de 1974, o maior expoente foi o jornalista e ecologista Afonso Cautela. Em seu manifesto inaugural, o grupo denunciava a ideologia da sociedade de consumo e o industrialismo, políticas que têm levado à consternação “as novas gerações face a um mundo e a espaços sociais quase inabitáveis”.<sup>13</sup> O Manifesto ainda colocava a necessidade de:

[...] politização dos fenómenos sócio-económicos quotidianos e imediatos que até à data a ela têm escapado - saúde, salubridade, água pura, ar livre, silêncio, paisagem, espécies animais e vegetais, cidade, condições de trabalho, cultura, publicidade, sexualidade, procriação, suicídio já que se revelam, mais do que nunca, fenómenos de índole política e portanto essenciais à reformulação de novas estruturas sociais.<sup>14</sup>

O grupo foi ativo e uma das principais bandeiras levantadas foi o movimento anti-nuclear, principalmente contra a instalação da Usina Nuclear de Ferrel, e apontavam que o uso nuclear era um “obstáculo à humanização e ao desenvolvimento humano, ao verdadeiro progresso”.<sup>15</sup>

## Conclusão

O debate ambiental em Portugal foi amplamente marcado pelo contexto político do governo salazarista, o exíguo espaço, se é que houve, para as manifestações e debates em torno das questões ambientais causou prejuízos ao meio ambiente português. As instituições apontadas aqui foram expoentes do movimento ecológico, mas antes de tudo foram produtos de seu tempo e conseguiram atuar apenas dentro dos limites impostos pela época.

A LPN, criada no embalo dos movimentos ambientalistas na Europa, respondeu às políticas de conservação, pouco dialogou no campo político e não encontrou abertura para questionar o papel da política econômica capitalista e do consumismo.

Longe do terreno estreito para manifestações, o MEP encontrou um país em ebulição, com os movimentos e novos atores sociais reclamando seus espaços e, nessa conjuntura, a ecologia surge como mais uma das pautas que se reveste de grande importância, pois era preciso repensar o modelo de estado e de consumo de energia. Nessa nova onda renasce a possibilidade de uma economia mais justa e menos agressiva ao meio ambiente.

## Notas:

<sup>1</sup> ROLLO, M. F. A industrialização e seus impasses. In. ROSAS, Fernando. **História de Portugal**: Estado Novo. Lisboa: Editorial Stampa, 1998. P. 405-406.

<sup>2</sup> LAINS, Pedro O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. **Análise Social**, vol. XXIX (128), 1994 (4.º), 923-958. p. 933-934.

<sup>3</sup> ESTRELA, A. de Vale. A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: Uma revisão crítica. **Análise Social**, vol. XIV (54), 1978-2.º, 219-363. p. 239-241

<sup>4</sup> RIBEIRO, Orlando. **Portugal, o mediterrâneo e o Atlântico**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1986. p. 48.

<sup>5</sup> VAZ, Iria de Fátima Rodrigues Amado. **As origens do ambientalismo em Portugal**: a Liga para a Protecção da Natureza. 1948-1974. Dissertação, UNL-FCT, 2000. p. 39.

<sup>6</sup> Op. Cit. *Idem. Ibidem.* p. 68.

<sup>7</sup> Entre os sócios fundadores estão: Luiz Gonçalves Sobrinho, professor do Instituto Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa; Carlos Romariz; Candido Duarte de Castro, e D. Luiz Bramão, engenheiros da Estação da Estação Agronômica Nacional; João de Carvalho Vasconcelos, professor do Instituto Superior de Agronomia; José Maria de Carvalho; Jorge B. dos Santos; Carlos Teixeira, geólogo; Carlos das Neves Tavares, biólogo; Herculano Z. Vilela, biólogo; Maria de Lurdes Vieira Borges, bióloga, investigadora da Estação Agronômica Nacional e Fernanda Benedita Gomes, bióloga, professora de ensino secundário. Op. Cit. *Idem. Ibidem.* p. 78.

<sup>8</sup> As informações foram tiradas da primeira circular que a instituição emitiu. Op. Cit. *Idem. Ibidem.* p. 70.

---

<sup>9</sup> Op. Cit. *Idem. Ibidem.* p. 72.

<sup>10</sup> Op. Cit. *Idem. Ibidem.* p. 148-149.

<sup>11</sup> RODRIGUES, Eugenia. Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal. **Oficina do CES**, nº 60. Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 1995. p. 10.

<sup>12</sup> Op. Cit. *Idem. Ibidem.* p. 12.

<sup>13</sup> Manifesto do Movimento Ecológico Português. Acessado em 30/07/2013: <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/documento-1.htm>

<sup>14</sup> Op. Cit. *Idem. Ibidem.*

<sup>15</sup> Polémicas com o meio ambiente. Acessado em 30/07/2013: <http://catbox.info/big-bang/big-bang1/gulag.htm>